
IMPACTOS DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NA PRESCRIÇÃO DE PSICOFÁRMACOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

IMPACTS OF MENTAL HEALTH POLICY ON THE PRESCRIPTION OF PSYCHODRUGS IN BASIC HEALTH UNITS

Luiz Antonio Araujo Coelho de Alencar¹; Ben-Hur José de Oliveira¹; Henrique Esmeraldo Pinheiro¹; Saulo Ricarte Pinheiro¹; Ana Emília Formiga Marques^{2*}

1 - Discentes da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte

2 - Professora da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte, Mestre em Ciências Naturais e Biotecnologia pela Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO:

Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha papel crucial na integração e acessibilidade à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Por sua fácil acessibilidade, a APS atende uma grande demanda de serviços relacionados à Saúde Mental, portanto as condutas em relação a prescrição de psicofármacos por parte desse setor têm grande impacto na configuração de saúde do país. **Objetivo:** Avaliar o impacto da política de saúde mental na prescrição de psicofármacos nas Unidades Básicas de Saúde. **Método:** Consiste em uma revisão integrativa de literatura, nas bases de dados LILACS, MEDLINE, SciELO, utilizando os descritores: “Atenção Primária à Saúde”, “Psicotrópicos”, “Psicofármacos” e “Política de Saúde”. Os critérios de inclusão foram: textos completos, nos idiomas português, inglês ou espanhol, cuja publicação ocorreu entre 2019 e 2023 e relacionados ao tema da revisão. Foram excluídos: Textos incompletos ou duplicados, revisões literárias, monografias, teses e trabalhos que não envolvessem a temática. **Resultados:** Foram identificados inicialmente 327 artigos, que após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e leitura, foram reduzidos para 6 artigos. A análise demonstrou que o consumo de psicofármacos está vinculado a fatores psicossociais complexos, como luto, problemas financeiros e inclusive violência doméstica. Além disso, a manutenção do modelo biomédico de assistência à saúde impede a visão integral do paciente e o exclui das tomadas de decisão sobre a terapêutica aplicada. Toda via, a cultura de medicalização faz com que o próprio paciente priorize o consumo de psicofármacos. E ainda, existe uma desintegração da RAPS diminui a possibilidade de atuação da APS.

Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde. Psicotrópicos. Psicofármacos. Política de Saúde

ABSTRACT:

Introduction: Primary Health Care (PHC) plays a crucial role in the integration and accessibility of the Psychosocial Care Network (APC). Due to its easy accessibility, PHC meets a large demand for services related to Mental Health, therefore the conduct regarding the prescription of psychotropic drugs by this sector has a great impact on the country's health configuration. **Objective:** To evaluate the impact of mental health policy on the prescription of psychotropic drugs in Basic Health Units. **Method:** It consists of an integrative literature review, in the LILACS, MEDLINE, SciELO databases, using the descriptors: “Primary Health Care”, “Psychotropics”, “Psychopharmaceuticals” and “Health Policy”. The inclusion criteria were: complete texts, in Portuguese, English or Spanish, published

between 2019 and 2023 and related to the review topic. The following were excluded: Incomplete or duplicate texts, literary reviews, monographs, theses and works that did not involve the theme. Results: 327 articles were initially identified, which after applying the inclusion and exclusion criteria and reading, were reduced to 6 articles. The analysis demonstrated that the consumption of psychotropic drugs is linked to complex psychosocial factors, such as grief, financial problems and even domestic violence. Furthermore, maintaining the biomedical model of health care prevents a comprehensive view of the patient and excludes them from decision-making about the therapy applied. However, the culture of medicalization makes the patient himself prioritize the consumption of psychotropic drugs. Furthermore, there is a disintegration of APC, which reduces the possibility of PHC acting

Keywords: Primary Health Care. Psychotropics. Psychotropic Drugs. Health Policy

1. INTRODUÇÃO

A Reforma psiquiátrica, iniciada no Brasil década de 70, instituiu no país o fim do modelo hospitalocêntrico e corroborou para a formulação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (BRASIL, 2005). A RAPS possui dentre suas diretrizes: a garantia da autonomia e liberdade do paciente, o reconhecimento dos determinantes de saúde, a atenção humanizada e o cuidado integral e multidisciplinar. Para tal, a rede dispõe de componentes como: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Atenção Básica em Saúde, Estratégias de Reabilitação Psicossocial e Atenção Hospitalar (CARDOSO et al, 2018).

Nesse sentido, destaca-se o papel da Atenção Primária em Saúde (APS) como principal porta de acesso aos serviços do SUS e importante articuladora dos componentes da RAPS (YAUSI et al, 2018). Pela facilidade de acesso e proximidade com a comunidade, a Atenção Básica atende expressivas demandas voltadas para cuidados em Saúde Mental, posto que, quase um terço dos atendimentos realizados pelo setor são referentes a esta área (VIDAL et al, 2013).

Os psicofármacos, medicamentos que interferem no funcionamento do sistema nervoso central, com potencial para alterar comportamentos, pensamentos e emoções (VIDEBACK et al, 2012) são de grande relevância para a atuação das APS. Posto que, esses medicamentos são utilizados para o tratamento de transtornos psiquiátricos e neurológicos (ARAÚJO et al, 2020 e a APS está intrinsecamente relacionada com a prestação de serviços de atenção à Saúde Mental no Brasil.

Embora os medicamentos psicotrópicos possam desencadear efeitos adversos, como ataxia, distúrbios de comportamento, sonolência e fadiga (SANTOS et al, 2019), o consumo dessas drogas tem aumentado significativamente em todo o mundo, inclusive no Brasil (AZEVEDO et al, 2016). Essa massificação pode facilitar o consumo desregulado e

favorecer os riscos de efeitos adversos graves (NASCIMENTO e GUARIADO, 2008).

Nesse viés, muitos dos pacientes que são atendidos pela APS fazem uso desse medicamento, como é evidenciado em uma pesquisa realizada em uma UBS em Ceilândia (DF) a qual apontou um aumento de 47% no consumo de psicofármacos por parte dos pacientes atendidos (ROLIM, 2023). É evidente portanto, que o papel da APS na regulação, conscientização e controle do consumo desses fármacos é fundamental para a manutenção da qualidade de vida dos pacientes. Posto a pertinência do tema, a presente revisão literária objetiva avaliar o impacto da atual política de saúde mental na prescrição de psicofármacos nas unidades básicas de saúde.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A questão norteadora foi elaborada por meio do acrônimo PICO (População, Intervenção, Controle e Desfecho) e resultou em: “Como a política de Saúde Mental influencia na prescrição de psicofármacos pelas equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF)”.

Para a realização da pesquisa foram identificados os seguintes descritores pela plataforma virtual de Descritores em Saúde (DeCS/MeSH): “Atenção Primária à Saúde”, “Psicotrópicos”, “Psicofármacos” e “Política de Saúde”. A associação entre os descritores foi feita através do operador Booleano “AND”.

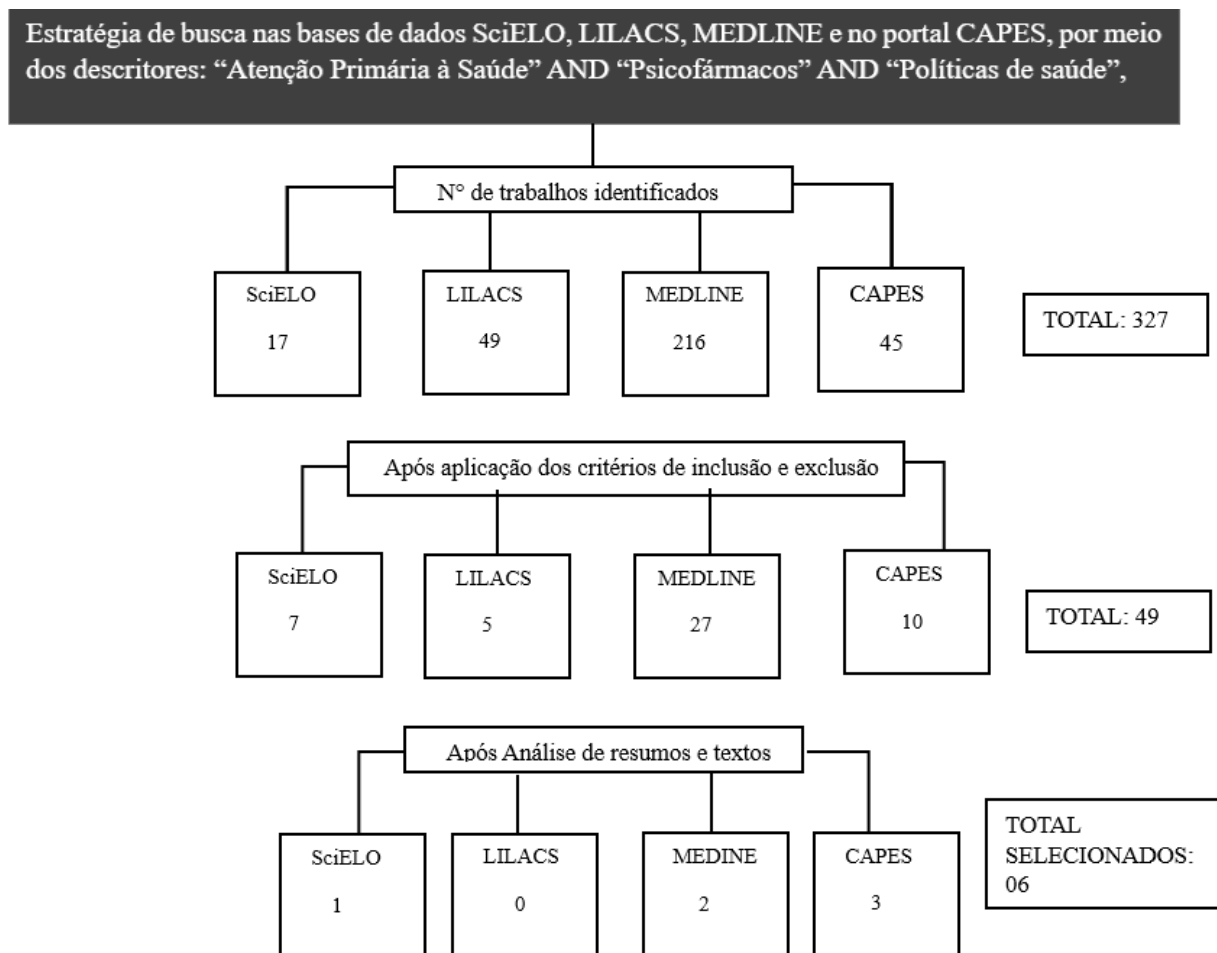
A seleção dos trabalhos foi feita nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Sistema online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) e no portal CAPES periódicos. Os critérios de inclusão aplicados foram: Textos completos, em português, inglês ou espanhol, publicados entre 2019 e 2023 e pertinentes para a temática do artigo. Nesse sentido foram excluídos: Textos incompletos, duplicados, trabalhos de conclusão de curso, revisões de literatura, monografias, teses, dissertações e trabalhos que não abordassem a temática.

3. RESULTADOS

Foram identificados inicialmente 327 publicações, das quais 17 foram encontradas na SciELO, 49 na LILACS, 216 no MEDLINE e 45 no CAPES periódicos. Após a aplicação dos critérios de inclusão totalizaram-se 81 obras (SciELO= 11, LILACS= 14, MEDLINE= 27,

CAPES= 28). Com a retirada de artigos duplicados e aplicação dos parâmetros de exclusão esse valor foi reduzido para 49 artigos (SciELO= 7, LILACS= 5, MEDLINE= 27, CAPES= 10). Foi feita a análise dos títulos dos trabalhos resultantes de acordo com a relação dos títulos com a temática de interesse, resultando em 34 publicações (SciELO= 7, LILACS= 3, MEDLINE=16, CAPES= 8) que seguiram para leitura dos resumos e textos na íntegra, o que resultou em 6 artigos escolhidos para a composição do trabalho (SciELO= 1, LILACS= 0, MEDLINE= 2, CAPES= 3). O processo de seleção dos artigos foi esquematizado em um fluxograma (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma da metodologia de seleção de artigos para a composição dessa revisão



Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Além disso, foi elaborado o Quadro 1 expondo as principais informações contidas nos trabalhos selecionados. Esses dados foram organizados em categorias: autoria, ano de publicação, título, objetivos, tipo de estudo e os principais resultados encontrados.

QUADRO 1: Informações acerca dos 6 artigos que compõem essa revisão bibliográfica

AUTOR/ANO	TÍTULO	OBJETIVOS	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS
SANTOS et al, 2019	Da prescrição à escuta: efeitos da gestão autônoma da medicação em trabalhadores de saúde	Avaliar a perspectiva dos trabalhadores da APS à utilização da Gestão Autônoma da Medicação (GAM)	Estudo qualitativo	O estudo foi aplicado a 10 serviços de APS de Campinas e Amaro, SP. Como resultado, observou-se que os trabalhadores que aderiram à GAM assumiram maior criticidade na prática clínica e capacidade de promoção de construção conjunta de ações junto aos pacientes
MOLCK et al, 2021	Psicotrópicos e Atenção primária à Saúde: a subordinação da produção de cuidado à medicalização no contexto da Saúde da Família	Entender o fenômeno de medicalização e de uso crônico de psicotrópicos pela perspectiva dos pacientes de uma Unidade Básica de Saúde	Estudo qualitativo	O estudo foi aplicado a 14 participantes. Como resultado, verificou-se que as principais justificativas para o uso de psicotrópicos estão relacionadas a dor e necessidades fisiológicas, sintomas vinculados a aspectos psicossociais complexos como: luto, violência doméstica e excesso de responsabilidades. Assim, o consumo dos psicofármacos é realizado para diminuir os sintomas,
FILARDI et al, 2021	Medicalização da vida nas práticas vinculadas à estratégia saúde da família	Avaliar o uso de medicamentos psicotrópicos e das alternativas não farmacológicas à superação de eventos negativos da vida	Estudo analítico	A pesquisa foi realizada com 5 médicos com experiência em cuidados primários à saúde. Os entrevistados relataram o uso excessivo de psicofármacos, utilizados para lidar com problemas psicossociais e com a precariedade da estrutura social do país. Ficou evidente o impasse da ação do médico entre aliviar as dores do paciente e a proposta de uma terapêutica não resolutive ao cerne do problema. Além disso, relatou-se que a tentativa de aplicação de terapêuticas não farmacológicas não é bem aceita pelos pacientes, que valorizam os medicamentos em detrimento de outras alternativas.
AMARAL et al, 2021	Assistência à saúde mental no Brasil: estudo multifacetado em quatro grandes cidades	Analisar as características das redes de saúde, ao que tange os cuidados com saúde mental das cidades de Campinas, Fortaleza, Porto Alegre e São Paulo	Estudo analítico	Observou-se que identificação inicial dos problemas de saúde mental ainda é feita em serviços de alta complexidade. Houve diferenças entre as cidades no que diz respeito à prescrição de medicamentos psicotrópicos pela APS, além da baixa proporção de tratamentos de saúde mental verificada em Fortaleza e a maior ocorrência de falta de medicamentos nessa cidade.

SANTOS et al, 2020	Saúde mental na atenção básica: experiência de matriciamento na área rural	Reportar o desenvolvimento de ações em saúde mental compartilhadas entre a equipe de Estratégia de Saúde da Família de uma área rural e o Núcleo de Apoio Matricial	Relato de experiência	Foram identificadas necessidades voltadas para o consumo de psicofármacos, para o desenvolvimento de atividades coletivas e para a facilitação do acesso à ESF. As ações intersectoriais e o envolvimento dos pacientes demonstram-se medidas modificadoras
OLIVEIRA et al, 2023	Tensionamentos no cuidado em Saúde Mental relacionados ao uso de Substâncias Psicoativas: dificuldade identificadas por profissionais da saúde pública	Avaliar a perspectiva dos profissionais da APS quanto às dificuldades no cuidado em saúde mental relacionadas ao uso de psicotrópicos	Estudo qualitativo	A pesquisa foi aplicada 134 profissionais da Atenção Básica. Destaca-se como resultado que as principais dificuldades percebidas estão relacionadas a organização e à gestão do trabalho em saúde, à cultura da medicação e à desarticulação da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial)

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

4. DISCUSSÃO

A prevalência de transtornos psiquiátricos no Brasil tem crescido. A depressão atinge 5,8% da população brasileira e a ansiedade chega a afetar 9,3% do total de habitantes do país (WHO, 2017). Esse cenário está intrinsecamente relacionado ao aumento do consumo de psicofármacos, o que tem configurado um desafio para a Atenção Básica em Saúde. Um estudo realizado com 144 profissionais da APS constatou a preocupação destes frente ao excesso de prescrições de fármacos psicotrópicos (OLIVEIRA et al, 2023).

Segundo estudo realizado com 14 usuários de medicamentos psicotrópicos os principais sintomas que justifiquem a utilização das drogas são dores, falta de sono e necessidades fisiológicas (MOLCK et al, 2021). Toda via, diversos estudos convergem que a causa desses sintomas são fatores psicossocial complexos, em que o cerne do problema não é identificado no corpo dos pacientes e sim na estrutura socioeconômica na qual estes estão inseridos. Filardi (2021) e Molck (2021), ambos por meio de entrevistas com médicos e pacientes respectivamente, retrataram o luto, as preocupações com a família e os problemas financeiros como importantes causas para o consumo de psicofármacos. Além disso, Santos (2020) e Molck (2021) também concordaram que a violência doméstica representa um fator preponderante ao uso de psicotrópicos.

Em um estudo realizado nas cidades de Fortaleza, Porto Alegre, São Paulo e

Campinas, o perfil de consumidores de psicofármacos que se destacou nas três primeiras cidades foram mulheres (Fortaleza= 62,9%, Porto Alegre= 54,7% e São Paulo= 62,3%), excerto Campinas que apresentou 55% dos usuários do sexo masculino. Quanto a faixa etária, Campinas, Fortaleza e Porto Alegre convergiram para prevalência do consumo entre pessoas acima de 50 anos, enquanto em São Paulo prevaleceram as idades entre 41 e 50 anos (AMARAL et al, 2021).

Um estudo realizado com profissionais atuantes na Atenção Básica, retratou que os benzodiazepínicos configuram uma das classes de medicamentos mais prescritas pela APS (OLIVEIRA et al, 2023), o que pode representar um risco à saúde do paciente, haja vista que o uso prolongado dessa classe de medicamentos pode gerar dependência, ataxia, distúrbios comportamentais, sonolência e fadiga (SANTOS et al, 2019).

Toda via, os transtornos enfrentados pela Rede de Atenção Psicossocial e pela Atenção Primária em Saúde dificultam a adoção de medidas efetivas para a transformação dessa situação. Nesse viés, Molck (2021) e Oliveira (2023) concordam que a persistência da estrutura biomédica na APS impede o desenvolvimento de uma visão integral do paciente, desconsiderando fatores psicossociais e o excluí das tomadas de decisão. No entanto, Oliveira (2023) também aponta para a cultura da medicação (a qual valoriza o medicamento a cima de outras atividades terapêuticas) compartilhada entre os pacientes da Atenção Básica, faz com que, muitas vezes, o próprio paciente exija a medicação.

Há uma desintegração entre os componentes da RAS (FILARDI et al, 2021), vinculada à falta de comunicação e compartilhamento de informações sobre as prescrições dos pacientes entre os serviços que compõem a rede. Essa situação limita a atuação da Atenção Básica, sendo retratada em entrevista com profissionais da área como, muitas vezes, restrita à renovação de receitas (OLIVEIRA et al, 2023).

Nesse sentido, alguns trabalhos foram desenvolvidos com o intuito de embasar alternativas para a situação vivenciada na saúde pública brasileira: A aplicação da Gestão Autônoma da Medicação (GAM) a 17 funcionários dos serviços de Atenção Básica. A GAM é uma estratégia que propõe uma alteração nas relações de poder entre paciente e cuidador, garantindo ao usuário efetiva participação nas tomadas de decisões voltadas ao seu tratamento, por meio do diálogo e troca de saberes entre os envolvidos. Embora relutantes ao início das ações, os funcionários que aderiram ao experimento constataram o desenvolvimento mútuo da autonomia e criticidade na avaliação de medidas terapêuticas (SANTOS et al, 2019).

Além disso, as práticas não farmacológicas devem ser preconizadas no tratamento

de Transtornos Mentais Comuns (TMC) e que a medicação, apesar de importante para a estabilização do paciente, só é a base do tratamento em transtornos graves (FILARDI et al, 2021). Nesse sentido, o matriciamento representa uma importante ferramenta para a aplicação de terapêuticas alternativas aos psicofármacos. Em um projeto realizado através do matriciamento em uma ESF em uma área rural, com colaboração multidisciplinar (fisioterapeutas, enfermeiros, educadores físicos e agentes comunitários em saúde), de forma a atender integralmente as necessidades do paciente, inclusive os determinantes sociais que corroboravam para o adoecimento dos indivíduos. Observou-se, assim, a melhora na qualidade de vida dos pacientes e, inclusive, o desmame de psicofármacos entre alguns dos participantes do experimento (SANTOS et al, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, a Atenção Primária à Saúde representa um importante componente para a articulação e funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial. No entanto, a persistência do modelo biomédico, a exclusão do paciente nas tomadas de decisão e desintegração das estruturas do RAS restringem a atuação da APS e contribuem para o agravamento da situação de Saúde Mental no país.

Essa precarização é expressa pelo aumento do consumo de fármaco psicotrópicos e pela desvalorização de medidas terapêuticas alternativas. Portanto, novas pesquisas devem ser realizadas para o desenvolvimento de bases para o aprimoramento do sistema de saúde brasileiro.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, C. E. M.; Treichel, C. A. S.; Francisco, P. M. S. B.; Onocko-Campos, R. T. Mental healthcare in Brazil: A multifaceted study in four large cities. *Cadernos de Saude Publica*, v. 37, n. 3, 2021.

ARAÚJO, J. S. A.; DELGADO, I. F.; PAUMGARTTE, F. J. R. Antenatal exposure to antidepressant drugs and the risk of neurodevelopmental and psychiatric disorders: a systematic review. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. e00026619, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

CARDOSO, Jordana Santos. Redes de Atenção à Saúde. São Luís: EDUFMA, 2018.

COSTA DE ARAÚJO, L. L.; NAZARÉ OLIVEIRA, E.; GRANGEIRO DE ARAÚJO, G.; ARAÚJO FERREIRA GOMES, F. R.; VIEIRA GOMES, B.; BRITO RODRIGUES, A. DISTRIBUIÇÃO DE ANTIDEPRESSIVOS E BENZODIAZEPÍNICOS NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE SOBRAL-CE. SANARE - Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 11, n. 1, 2013. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/266>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FILARDI, A. F. R.; Passos, I. C. F.; Mendonça, S. A. M.; Ramalho-de-Oliveira, D. Medicalização da vida nas práticas vinculadas à estratégia saúde da família. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 24, n. 2, p. 421–445, 19 jul. 2021.

MOLCK, B. V.; BARBOSA, G. C.; DOMINGOS, T. DA S. Psychotropic drugs and primary health care: The subordination of care provision by medicalization in the context of family health. Interface: Communication, Health, Education, v. 25, 2021.

OLIVEIRA, V.; Guimarães, D. A.; Gama, C. A. P.; Coelho, V. A. A.; Coelho, F. B. P. Tensionamentos no cuidado em Saúde Mental relacionados ao uso de Substâncias Psicoativas: dificuldades identificadas por profissionais da saúde pública. Saúde em Debate, v. 47, n. 137, p. 133–145, 30 jun. 2023.

SANTOS, D. V. D.; Onocko-Campos, R.; Basegio, D.; Stefanello, S. From prescription to listening: Effects of gaining autonomy and medication on health workers. Saude e Sociedade, v. 28, n. 2, p. 261–271, 2019.

SANTOS, M. E. R.; Neves, N. C. V. ; Almeida, J. C. S.; Amparo, T. R.; Piau, A. V.; Rodrigues-das-Dores, R. G. Consumption of psychotropic drugs in a basic pharmacy of

congonghas, minas gerais, brazil. *Infarma - Pharmaceutical Sciences*, v. 31, n. 4, p. 285–292, 2019.

SANTOS, L. C.; Domingos, T. S.; Braga, E. M.; Spiri, W. C. Mental health in primary care: experience of matrix strategy in the rural area. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 1, 2020.

VIDAL, C. E. L. et al.. Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos em mulheres. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 21, n. 4, p. 457–464, 2013.

VIDEBACK, S. L. *Enfermagem em Saúde mental e Psiquiátrica*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

World Health Organization. *Depression and other common mental disorders: global health estimates*. Geneva: World Health Organization, 2017. (No. WHO/MSD/MER/2017.2).

YASUI, Silvio; LUZIO, Cristina Amélia; AMARANTE, Paulo. Atenção psicossocial e atenção básica: a vida como ela é no território/Psychosocial care and primary care: life as territory in the field. *Revista Polis e Psique*, v. 8, n. 1, p. 173-190, 2018.

***Autor(a) para correspondência:**

Ana Emilia Formiga

Email: anaemiliaformiga@hotmail.com

Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte

RECEBIDO: 04/09/2024 ACEITE: 26/11/2024